

TRIARIUS

Observatorio Internacional sobre el Terrorismo y las Nuevas Amenazas

Volumen 3 - Edición Especial N° 24



19 de abril de 2019

As polícias do Brasil

○ papel da corporação e de seus integrantes





Medellín - Colombia
Edición Especial No. 24
19 de abril de 2019

Editor

Douglas Hernández

Autor de esta obra

Marco Aurelio Terroni (Brasil).

Subteniente de la Policía Militar del Estado de São Paulo, en retiro.

Esta es una edición especial publicada por el Observatorio Internacional sobre el Terrorismo y las Nuevas Amenazas. Complementa el Boletín que se publica regularmente cada 15 días.

Información de Contacto:

Douglas Hernández

Medellín, Colombia

Movil: (+57) 321-6435103

director@fuerzasmilitares.org

hernandez.douglas@hotmail.com



Presentación

Esta é uma edição especial em português, que reconhece o crescente número de leitores que TRIARIUS tem no Brasil, e que destaca as forças policiais deste país. Aqui apresentamos um dossiê completo das diferentes instituições policiais deste importante país.

O autor deste documento é o nosso amigo Marco Aurelio Terroni. Subtenente reformado da Polícia Militar do Estado de São Paulo, detentor de 3 Medalhas do Mérito Pessoal, 1 Medalha do Valor Militar, 1 Título de Policial do Ano, 1 Diploma de Destaque, 1 Troféu do Marco da Paz, 1 Título de Veterano Destaque, e 45 elogios publicados. Tecnólogo em Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública I e II na Escola Superior de Sargentos. Especialização universitária na Universidade Federal de Santa Catarina contra drogas. Faixa preta 1º grau de Karate pela CBK. Professor de defesa pessoal com técnicas e tecnologias não letais de ação policial para agentes de segurança, credenciado pela Polícia Federal do Brasil. Escritor do livro "O Policial e o Karateca – Profissões Paralelas".

¡Conocer para vencer!

Douglas Hernández

Editor

As polícias do Brasil

O papel da corporação e de seus integrantes

Por Marco Aurelio Terroni

O entendimento alcançado pelo ser humano de que necessitamos viver em sociedade, a partir do desenvolvimento e da autodefesa do grupo, gerou regras de convivência e estas criaram os mecanismos de controle que ao longo da história têm preservado a nossa existência.

O poder centralizador, administrativo e coercitivo, exercido pelo chefe da pequena sociedade perde eficácia à medida que esta sociedade cresce, fazendo-se necessário a criação de meios competentes de subsidiá-lo na tarefa de gerir o comportamento humano.

É nesse momento que surge a organização que chamada "Polícia", um organismo criado pelo grupo para garantir a coesão e o bem comum da própria sociedade.

É a Polícia uma instituição universal, não havendo grupamento humano que a prescindia, dentro de uma forma ou de outra. O progresso do conhecimento e da humanidade criou uma divisão de atribuições para o sentido de Polícia, setorizando suas ações, assim temos a polícia administrativa, judiciária, alfandegária, federal, fiscal, etc. São, porém ramos de um mesmo setor do Estado, cuja missão final é a manutenção da ordem e da segurança dos cidadãos.

No Brasil o poder de polícia administrativa foi atribuído às polícias militares, que têm suas células embrionárias na colonização portuguesa, para alcançar, durante o império, certidão de nascimento com Lei sancionada em 10 de outubro de 1831, neste caso, a atual Polícia Militar do Estado de São Paulo a sua inserção na história em 15 de dezembro de 1831.

Como exceção da polícia administrativa, podemos verificar as Polícias Rodoviária e Ferroviária Federais, que também realizam o policiamento cada qual em sua área de responsabilidade administrativa, cabendo salientar que também possuem previsão constitucional (art. 144, inc. II e III da Constituição Federal de 1988).

As polícias no território brasileiro têm a finalidade constitucional de preservação da ordem pública, de proteger pessoas e o patrimônio, realizar a investigação e repressão dos crimes, além de controlar a violência, pois são o braço armado dos órgãos dos Estados.

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988, estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, executadas pelas seguintes Instituições:

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Polícia Ferroviária Federal;
- Polícias Cíveis;
- Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares estaduais compõem as Secretarias de Segurança Pública e defesa social do Brasil. Estão subordinadas administrativamente aos governadores, sendo forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro.

O patrono nacional das polícias militares é Joaquim José da Silva Xavier, o *Tiradentes*. Nasceu em Pombal, estado de Minas Gerais. Foi Alferes de milícia e comandante do destacamento de *Dragões*. Participou do movimento denominado "Inconfidência Mineira", sendo executado em 21 de abril de 1792, data em que se comemora o "Dia da Polícia Militar" no Brasil, tornando-se esta data, feriado nacional. Seu nome consta no Livro de Aço do Panteão da Pátria e da Liberdade, como Herói Nacional do Brasil.

Origem da Polícia

A palavra "polícia" vem do termo grego "*polites*", também: "política" e "polidez" são os outros significados.

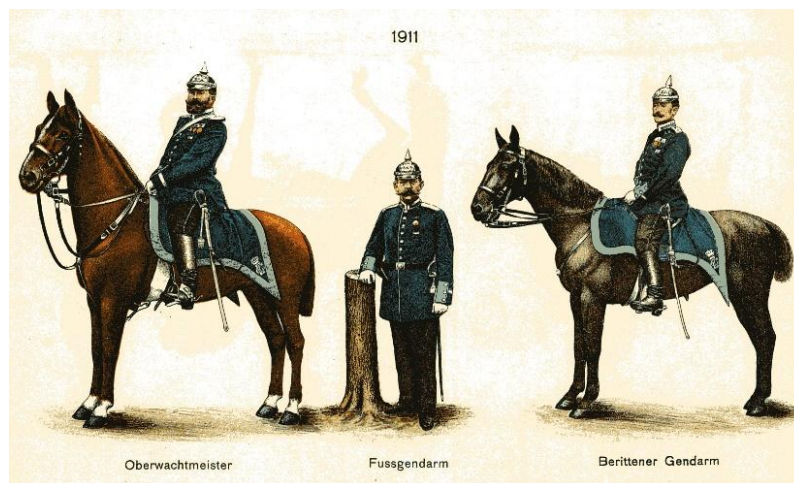
Os gregos, na antiga Grécia, denominavam de *polites* os cidadãos que participavam de tarefas administrativas, políticas e militares.

Em 1665, o rei francês Luís XIV criou a figura do tenente-general de polícia, já a Inglaterra no século XIX, idealiza o modelo de polícia moderna. Forçando o governo a criar um órgão de força interna para poupar o uso do Exército e revoltas sociais internas, sobressai o duque de Wellington. A partir deste ponto, a *polícia* tornou-se parte do Estado moderno, com a finalidade de manter a ordem interna dos países que a constituíram.

O Brasil ainda era colônia até o início do século XIX e em Portugal não existiam corporações de polícia com o cunho militar, portanto, copiando o modelo da Guarda Nacional Francesa, em francês *Gendarmerie Nationale*, Gendarmaria Nacional, “*gendarme*” (significa gente de armas) e estrutura militar, então, o príncipe regente da Coroa Portuguesa criou a primeira *Guarda Real de Polícia de Lisboa*, em 1801.



1817



Oberwachtmeister

Fussgendarm

Berittener Gendarm

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi criada outra semelhante no Rio de Janeiro, denominada *Divisão Militar da Guarda Real de Polícia*, em 1809.

De acordo com as leis imperiais, foram criados outros corpos policiais nas províncias de: Minas Gerais em 1811, no Pará em 1818, Maranhão em 1820 e na Bahia e em Pernambuco, em 1825.

Tipos de polícia e suas funções

Existem vários tipos e modelos de polícia, conforme a peculiaridade e a história de cada país, mas todas as polícias militares do mundo têm origens de “*gendarme*” sendo suas bases a presença ostensiva e a prevenção dos crimes.

Há ainda os tipos de polícia estatal e os de polícia privada, cada vez mais crescentes, comuns no mundo anglo-saxão, onde predominam o liberalismo e a cultura dos direitos civis. Estritamente civil e tem como base a investigação. O modelo das duas são o preventivo ou ostensivo e o repressivo ou investigatório.

Policamento ostensivo ou preventivo: é uma modalidade de exercício da atividade policial, desenvolvida intencionalmente. Ocorre à mostra, visivelmente, em contraposição ao policiamento velado, secreto. Caracteriza-se pela evidência do trabalho da polícia à população, pelo uso, por exemplo, de viaturas caracterizadas, uniformes, ou até mesmo distintivos capazes de tornar os agentes policiais identificáveis por todos. A atividade de *policar* consiste resumidamente em fiscalizar comportamentos e atividades, regular ou manter a ordem pública, reprimindo crimes, contravenções, infrações de trânsito e zelando pelo respeito dos indivíduos à legislação. Tal modalidade de policiamento tem por objetivo principal atingir visibilidade à população, proporcionando o desestímulo de infrações à lei e a sensação de segurança (prevenção contra infrações legais e profilaxia criminal), por demonstrar a força e a presença estatal, além de dar segurança aos próprios agentes em diligências (repressão). O policiamento ostensivo tem várias modalidades, por exemplo: a pé, motorizado (veículos 2 ou 4 rodas), de bicicleta, com cães, metropolitano ou em áreas rurais, lacustre, marítimo, aéreo, turístico.

Policamento repressivo ou investigatório: a polícia judiciária é de atuação repressiva que age após a ocorrência de infrações penais, visando procurar elementos para a apuração da autoria e constatação da materialidade delitiva. Neste aspecto destacamos o papel da Polícia Civil no art. 144, § 4º, da Constituição Federal de 1988, bem como o papel da Polícia Federal no art. 144, § 1º, I, também explícito da Carta Magna. Diante disso, podemos afirmar que a polícia judiciária tem a missão essencial, ou em outras palavras, primordial de elaboração do inquérito policial.

As divisões seguintes são os Estados e estes se dividem em Municípios. Nos Estados temos a Polícia Civil e a Polícia Militar. Nos municípios, as Guardas Civis.

Polícia Militar: envolve atividades de prevenção ao cometimento de ilícitos penais ou de infrações administrativas primária e secundária, realizadas pelos seguintes programas: Força Tática, Policiamento Escolar, Radiopatrulha, Policiamento Comunitário, Rocam, Policiamento Integrado e Policiamento de Trânsito. Dentre outras atividades que são de competência da Polícia Militar, destaca-se ainda: o Policiamento Rodoviário, o Policiamento Ambiental, Segurança Externa de Estabelecimentos Penais, Escolta de Presos, Policiamento de Choque e Policiamento Aéreo. São forças de segurança pública de cada uma das unidades federativas. Têm como principal função a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública nos Estados brasileiros e no Distrito Federal. Cada Polícia Militar é comandada, em cada Estado, por um oficial superior do posto de coronel, chamado de comandante-geral.

Polícia Militar do Estado do Acre: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública acriana. Ela é uma Força Auxiliar e Reserva Militar do Exército Brasileiro, assim como suas irmãs e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social brasileiro e está subordinada ao Governo do Estado do Acre. Seus integrantes são denominados militares estaduais (artigo 42 da CRFB), assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre.

Polícia Militar de Alagoas: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado de Alagoas. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados Militares dos Estados,^[1] assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas. Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar de Alagoas, tem sua sede na cidade de Maceió, e onde foi fundado em 7 de julho de 1976.

Polícia Militar do Amazonas: integra o sistema de segurança pública e defesa social do Brasil, com a função primordial de policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública estadual; além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual. Seus integrantes são denominados militares dos Estados,^[1] e a corporação é força auxiliar e reserva militar do Exército Brasileiro. Companhia de Operações Especiais - Grupamento de Manejo de Artefatos Explosivos (MARTE) é responsável pelo atendimento em ocorrências que envolvam o manejo, neutralização ou desativação de artefatos explosivos.

Polícia Militar da Bahia: é a instituição policial estadual militar brasileira do estado da Bahia. Tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública do estado. Trata-se de uma força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social da Bahia. Seus integrantes são denominados militares do Estado pelo artigo 42 da Constituição Federal de 1988, assim como os membros do Corpo de Bombeiros daquela unidade federativa. Em 27 de janeiro de 1983, orgânico do Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado da Bahia, foi criada a COE, Companhia de Operações Especiais. Constitui o último recurso do Estado para preservar vida e aplicar a lei. Opera em ocorrências de alto risco de perda de vidas humanas, especialmente aquelas envolvendo: reféns, artefatos explosivos, marginais de alta periculosidade, localização, identificação e tomada de pontos críticos em situações de seqüestro e outras ocorrências complexas que exijam preparo especial de pessoal, armamento e equipamentos.

Polícia Militar do Ceará: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Ceará. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados Militares Estaduais,^[1] assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.

Polícia Militar do Distrito Federal: é o órgão de segurança pública responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública no Distrito Federal brasileiro, além de, subsidiariamente, exercer função de força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro. O Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE é a unidade de elite da Polícia Militar do Distrito Federal. Seu efetivo é composto por um grupo seletivo de Policiais Militares, disciplinados e altamente treinados, para situações de alto risco e extremo rigor. É responsável pela execução, com exclusividade, das atividades policiais e de segurança pública complexas e que requeiram um alto grau de especialização de seus profissionais, uso e emprego de técnicas, táticas, armas e equipamentos policiais especiais, dentre elas, o resgate tático de reféns e as ações de detecção, isolamento e desativação de artefatos explosivos.

Polícia Militar do Estado do Espírito Santo - A mais antiga e fiel instituição do Estado - é uma das forças de polícia militar do Brasil, sendo responsável pelo policiamento ostensivo no Estado do Espírito Santo. Seu Quartel do Comando Geral (QCG) é situado no bairro de Maruípe, na cidade de Vitória, capital do Estado.

Polícia Militar do Maranhão: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Maranhão. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados Militares dos Estados,^[1] assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militares do Maranhão.

Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública do Estado. É uma força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro^[9] e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social brasileiro. Seus integrantes são denominados militares estaduais.

Polícia Militar de Mato Grosso do Sul: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Mato Grosso do Sul. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados Militares dos Estados,^[2] assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais: tem por função primordial a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública no estado brasileiro de Minas Gerais.

Polícia Militar do Pará: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Pará. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. Seus integrantes são denominados Militares Estaduais, assim também são denominados os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará.

Polícia Militar do Paraná: integra o sistema de segurança pública e defesa social do Brasil, e tem por missão a preservação da ordem pública, o policiamento ostensivo e a execução de atividades de defesa civil no estado do Paraná, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual.^[7] Seus integrantes, incluindo-se os membros do Corpo de Bombeiros do Paraná, são denominados militares dos Estados,^[8] e a corporação é força auxiliar e reserva militar do Exército Brasileiro. O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) é uma Organização Policial Militar (OPM). A corporação é especializada em operações especiais e está capacitada a operar em todo o Brasil.

Polícia Militar de Pernambuco: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado de Pernambuco. Ela é Força Auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil e é um órgão operativo da Secretaria de Defesa Social - SDS. Seus integrantes são denominados militares dos Estados,^[1] assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco. A instituição atualmente está sendo comandada pelo Coronel PM Vanildo Maranhão.

Polícia Militar do Estado do Piauí: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Piauí. Ela é Força Auxiliar e reserva do Exército Brasileiro e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados militares dos Estados,^[1] assim como os membros do Corpo de Bombeiros do Estado.

Brigada Militar do Rio Grande do Sul, ou simplesmente Brigada Militar (BM), é a força de segurança pública que têm por função o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. No âmbito jurídico, a BMRS enquadra-se como polícia militar nos termos do artigo 42 da Constituição Federal de 1988. Os *brigadianos*, portanto, são considerados *militares do Estado do Rio Grande do Sul*.

Polícia Militar do Rio Grande do Norte: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Rio Grande do Norte. Juntamente com a Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Instituto Técnico e Científico de Polícia (ITEP), integra a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados Militares Estaduais, assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militares.

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: tem, por função primordial, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro, sendo uma das forças militares deste estado brasileiro.

O Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) é uma força de operações especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), subordinada diretamente ao Comando de Operações Especiais. Sua origem surgiu da ideia de um grupo de policiais que fossem especificamente treinados para atuar em resgate e situações de extremo risco surgiu após o trágico desfecho da ocorrência com reféns no Instituto Penal Evaristo de Moraes, em 1974. Na ocasião o diretor do presídio, o Major PM Darcy Bittencourt, que era mantido refém pelos criminosos que tentavam fuga, foi morto juntamente com alguns presos após a intervenção da força policial.^[1] Foi criado em 19 de janeiro de 1978, pelo Boletim da Polícia Militar nº 014 da mesma data como Núcleo da Companhia de Operações Especiais (NuCOE), através de um projeto elaborado e apresentado pelo capitão PM Paulo César de Amendola de Souza, que presenciou a crise, ao então comandante-geral da PMERJ, coronel Mário José Sotero de Menezes. O NuCOE foi formado por policiais voluntários, dotados de comprovada integridade moral, e alguns possuíam especialização nas Forças Armadas, tais como o Estágio de Operações Especiais, o Curso de Guerra na Selva (ambos do Exército) e o Curso de Contra Guerrilha

(CONGUE), dos Comandos Anfíbios. Funcionava em um acampamento nas dependências CFAP-31 em Sulacap, na zona oeste do Rio, e era subordinado operacionalmente ao chefe do Estado-Maior da PMERJ. Eram 12 barracas para cerca de 30 policiais.

Em 1980 passou a ter como símbolo a caveira trespassada por um punhal, ornado por duas garruchas cruzadas. Pelo Boletim da PM nº 33, de 7 de abril de 1982, por resolução do comandante-geral, o NuCOE passou a funcionar nas instalações do Batalhão de Polícia de Choque, fazendo parte da orgânica daquela unidade e recebendo a designação de Companhia de Operações Especiais (COE). Em 27 de junho de 1984, através da publicação em Boletim da PM nº 120, a COE passou a ser denominada Núcleo de Companhia Independente de Operações Especiais (NuCIOE), funcionando nas instalações físicas do Regimento Marechal Caetano de Farias, ficando subordinado apenas administrativamente ao BPCChq, retornando sua subordinação operacional ao chefe do EMG. Pelo decreto-lei nº 11.094 de 23 de março de 1988, foi criada a Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), com suas missões próprias em todo o Estado do Rio de Janeiro, que seriam determinadas pelo comandante-geral. Nesse mesmo ano, ocorreu o seu batismo de fogo para operações em favelas, quando foram chamados para resolver uma guerra para controle de bocas de fumo na Rocinha. Finalmente, pelo decreto nº 16.374 de 1 de março de 1991, deu-se a criação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), ficando extinto a CIOE.



Polícia Militar de Rondônia: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado de Rondônia. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados militares dos Estados (artigo 42 da CRFB), assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

Polícia Militar de Roraima: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Roraima. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados Militares do estado,^[2] assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima.

Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - tem por função primordial a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública catarinense, sendo uma das forças militares deste estado brasileiro. Seus integrantes são denominados militares estaduais (artigo 42 da CRFB), assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC). O Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) é uma Organização Policial Militar (OPM) da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). Ela é uma Unidade de operações especiais de alto risco, que dá apoio aos Batalhões de Polícia Militar(BPM).

Polícia Militar do Estado de São Paulo: tem por função primordial a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública paulista. Para fins de organização é uma força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, assim como suas co-irmãs e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social brasileiro e está subordinada ao Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP). A Força Tática atua preferencialmente em regiões específicas que apresentam certas peculiaridades com especial

atenção àquelas com mais elevados índices de criminalidade e ou violência, considerados especialmente os homicídios e roubos. Suas principais ações são: a prevenção setorizada, com intensificação ou saturação localizada de policiamento, repressão ao crime organizado ou em locais com alto índice de crimes violentos, ocorrências de vulto, eventos de importância, controle de tumultos de pequenas dimensões e ações para restauração da ordem pública que não justifiquem a mobilização do efetivo do Batalhão de Choque. Seu patrulhamento tático é motorizado - executado com viaturas do tipo caminhonete cabinada (SUV: Sport Utility Vehicles) e com reforço de armamento e equipamento diferenciado que lhe permite enfrentar situações de confronto de maior intensidade nas quais as equipes regulares de policiamento, devido ao seu equipamento menos especializado, estariam em condições muito desfavoráveis assim como permite que preste suporte às unidades regulares com maior capacidade.

A Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) é uma tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sendo ainda uma modalidade de policiamento do 1º Batalhão de Policiamento de Choque Tobias de Aguiar. Atualmente, é o maior batalhão de Polícia Militar do Brasil, possuindo cerca de 900 homens e 150 viaturas entre Hilux SW4 e Trail Blazer. Em 1851 o batalhão, com antigo nome de "Batalhão de Caçadores", foi batizado com o nome de Tobias de Aguiar, ficando então "Batalhão de Caçadores Tobias de Aguiar". O presidente da província Rafael Tobias de Aguiar, antigo nome dado ao então governador, ficou conhecido como o Patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Constitui-se na Tropa de Elite da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que visa possibilitar flexibilidade e capacidade de reação com o uso do policiamento motorizado. Utilizada na necessidade do controle de distúrbios civis através do agrupamento de viaturas, Grupo de combate, Pelotão, Companhia ou Batalhão de Choque. A história do Batalhão é defender as Instituições Republicanas. Após diversas denominações, passou a ostentar seu nome atual em 15 de Outubro de 1970.



Polícia Militar de Sergipe: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Sergipe. Ela é Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados Militares dos Estados,^[4] assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe Pelotão Especial de Policiamento em Área de Caatinga. Compreende o Alto e Médio sertão sergipano, composto por 14 municípios: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Feira Nova, Carira, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Itabi, Graccho Cardoso, Cumbe, Nossa Senhora das Dores e Aquidabã.

Polícia Militar do Estado de Tocantins: tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Tocantins. Ela é Força Auxiliar e reserva do Exército Brasileiro, e integra o Sistema de Segurança Pública e de Defesa Social do Brasil. Seus integrantes são denominados militares dos Estados,^[1] assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.

Polícia Civil: presentes em todos os Estados da federação, são chefiadas por delegados-gerais, que comandam por sua vez os delegados de polícia locais, responsáveis por cada distrito policial. Cabe à Polícia Civil dos Estados atuar como polícia judiciária, auxiliando o Poder Judiciário na aplicação da lei, nos crimes de competência da Justiça Estadual. É responsável pelas investigações desses delitos e pela instauração do inquérito policial e ações de inteligência policial.

Polícia Civil do Estado do Acre, é uma das polícias do Acre, Brasil, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

O Centro de Operações Especiais da Polícia Civil do Estado da Bahia, também conhecida como o Centro, já que existe a Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar. É uma unidade especializada da Polícia Civil do Estado da Bahia no apoio operacional para pronto emprego nas situações em que as demais unidades policiais, militares e civis, necessitem de reforços durante diligências ou prisões de marginais, principalmente,

em áreas de criminalidade violenta. Esta unidade, o *COE - Centro de Operações Especiais*, é conhecida pelo preparo profissional para as situações de risco e a presença permanente nos noticiários do estado.

Polícia Civil do Distrito Federal: é órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal as funções de polícia judiciária no Distrito Federal apurando as infrações penais, exceto as de natureza militar.

A Divisão de Operações especiais - DOE, faz parte da estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. Tem como missão apoiar todas as delegacias do DF em operações de alto risco atuando também em gerenciamento de crises, resgate de reféns com ou sem explosivos e entradas táticas para cumprimento de mandado de prisão. Para tanto utiliza armamento de ponta e táticas especiais para cada caso. A D.O.E., abreviação para Divisão de Operações Especiais, é uma unidade de recursos especiais do Departamento de Atividades Especiais - DEPATE. O Grupo Tático 3 - G.T.3 é uma unidade de elite da Polícia Civil do Estado de Goiás, criada em 1999, com a unificação dos grupos operacionais existentes, o Grupo Anti-assalto à Banco (GAB), o Grupo Anti-sequestro (GAS) e o mais novo, o Grupo Tático, daí a denominação de Grupo Tático 3 ou G.T.3. Destina-se a apoiar técnica e operacionalmente os demais órgãos da polícia civil em diligências contra quadrilhas do crime organizado ou na repressão a marginais de alta periculosidade.

Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso é uma das polícias de Mato Grosso, Brasil, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul é uma das polícias de Mato Grosso do Sul, Brasil, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar

A **Polícia Civil do Estado de Minas Gerais** é uma das polícias do Estado de Minas Gerais, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar

A **Polícia Civil do Estado do Pará** é uma das polícias do Pará, Brasil, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar^[1]. São funções institucionais exclusivas da Polícia Civil a de polícia judiciária, investigatória policial, a de caráter criminalístico e criminológico, a cautelar pré-processual, a preventiva da ordem e dos direitos, o combate eficaz da criminalidade e da violência.

Polícia Civil do Paraná é uma das polícias do Paraná, Brasil, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

Grupo de Operações Especiais, é uma unidade operacional da Polícia Civil do Estado de Pernambuco. Integrada por policiais altamente treinados em resgate de vítimas do crime de extorsão mediante sequestro, invasão de cativerios e enfrentamento de delinquentes de grande periculosidade, tem, através de uma ação eficiente, auxiliado na redução dos índices dessa modalidade criminoso no estado.

Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul é uma das polícias do Rio Grande do Sul, Brasil, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, é o órgão do poder público do estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem por finalidade o exercício das funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares, nos termos do artigo 144, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Polícia Civil de Roraima é uma das polícias de Roraima, Brasil, órgão integrante do sistema de segurança pública do Estado de Roraima, ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar

Polícia Civil do Estado de Santa Catarina é uma das polícias do estado de Santa Catarina, Brasil, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e

ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos, é um grupo especializado do Departamento de Investigações Criminais (DEIC) da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Importante ressaltar que não há redundância entre roubo e assalto na antiga denominação do grupo, visto que, na época de sua criação existia o crime de roubo, previsto no código penal e o crime de assalto, previsto na lei de segurança nacional. O Grupo de Operações Especiais (GOE), é uma unidade de recursos especiais do Departamento de Polícia Judiciária da Capital da Polícia Civil do Estado de São Paulo. (DECAP) com unidades no interior subordinados aos Departamentos de polícia judiciária do interior (DEINTERS) como por exemplo o GOE de Santos e também na capital o GOE do DENARC, o GOE do DPPC e o GOE do DECADE.

Polícia Civil do Estado de Sergipe é uma das polícias de Sergipe, Brasil, órgão do sistema de segurança pública ao qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal e ressalvada competência específica da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

Guardas Cíveis Municipais: As guardas municipais são responsáveis pela guarda e manutenção do patrimônio público municipal e pela segurança dos logradouros públicos. São forças de ação localizada que, para especialistas, também não se encaixariam no conceito de polícia.

Ainda há órgãos policiais da Federação (União) dentre eles:

Polícia Federal: subordinada ao Ministério da Justiça e responsável por investigações dos crimes julgados pela Justiça Federal, onde também exerce a função de polícia judiciária. Exerce ainda funções de polícia marítima e aeroportuária, responsável pela fiscalização de fronteiras, alfândegas e emissão de passaportes.

Conta com uma unidade de operações especiais: o COT. É a unidade de elite da Polícia Federal, sendo responsável pelas intervenções de alto risco e/ou complexidade que exijam preparo além do convencional das forças policiais. Todos os policiais do COT somente são empregados em situações de alto ou altíssimo risco, diferenciando-se dos policiais federais não-especializados. Com o passar dos anos, o COT adaptou e evoluiu seu programa de treinamento com base na realidade brasileira; além dos treinamentos comuns às unidades de operações especiais de outras polícias do mundo, o COT possui treinamento específico para atuar em operações contra o tráfico de drogas, o terrorismo e em biomas típicos do território brasileiro, como floresta tropical, caatinga, pantanal e cerrado. O COT é também o responsável por resoluções de casos de apoderamento de aeronaves civis dentro do Brasil, com ou sem reféns. Executa, em média, 110 operações por ano em todo o Brasil, distribuídas entre subequipes. No intervalo de tempo em que não estão executando uma operação, os membros do COT estão em treinamento ininterrupto na base em Brasília, ficando à disposição e podendo ser acionados para uma operação a qualquer momento.

Polícia Rodoviária Federal: responsável pela fiscalização de trânsito e combate à criminalidade nas rodovias federais, sendo de sua alçada os fatos gerados nessa circunscrição.

Polícia Ferroviária Federal: órgão permanente, como as demais polícias federais, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira. Destina-se ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

Polícia Legislativa: órgão da Câmara dos Deputados, exerce as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais nas dependências da Câmara dos Deputados, além das atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem e do patrimônio nos edifícios da Câmara dos Deputados. É encarregada também da segurança do presidente da Câmara e dos deputados federais.

Polícia do Exército: é a força que tem como missão zelar pelo cumprimento dos regulamentos militares.

O Comando de Operações Especiais (C Op Esp) é uma das Grandes Unidades Operacionais do Exército Brasileiro, localizada no município de Goiânia, estado de Goiás. É subordinada ao Comando Militar do Planalto e vinculada para fins de planejamento, preparo e emprego ao Comando de Operações Terrestres (COTER), situado em Brasília. Integra a Força de Ação Rápida Estratégica do Exército, o que a torna apta a participar de operações em todos os comandos militares de área. O Comando de Operações Especiais conta com unidades versáteis de apoio e de operações especiais, com efetivos de comandos, operações psicológicas e de forças especiais, com elevados níveis de treinamento, em condições de atuarem rapidamente em qualquer ponto do território nacional. Destacamentos da Brigada de Operações Especiais possuem a capacidade de infiltrar-se no ambiente operacional por terra, mar ou ar, utilizando-se de meios convencionais

ou não, como viaturas especiais, embarcações e salto de paraquedas de aeronaves com asas rotativas ou fixas. As unidades de operações especiais que integram o Comando são o 1º Batalhão de Forças Especiais, o 1º Batalhão de Ações de Comandos, a Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear e a 3ª Companhia de Forças Especiais, que é voltada exclusivamente para o emprego na área do Comando Militar da Amazônia. Possui ainda o Centro de Instrução de Operações Especiais, onde são formados os seus recursos humanos e também outras unidades de apoio logístico e administrativo, além de uma unidade de emprego singular no Brasil, o 1º Batalhão de Operações de Apoio à Informação.

Polícia da Aeronáutica: é uma fração de tropa dos Batalhões de Infantaria da Aeronáutica Especial - BINFAE ou dos Batalhões de Infantaria (BINFA), organizada para emprego em missões de polícia no âmbito da Força Aérea Brasileira. As frações de Polícia da Aeronáutica, normalmente, estão agrupadas em Companhias de Polícia e/ou Pelotões e se identificam, normalmente, pela braçadeira com a inscrição "PA ou um cordel branco" nos braços. Os militares da Polícia da Aeronáutica ainda são responsáveis pelo controle, registro e emissão de passes (de pessoas e veículos) que permitem a entrada nos portões de acesso, seguindo as Normas Operacionais do Sistema de Segurança e Defesa NOSDE, do COMGAR, escolta de presos da justiça militar, controle de distúrbios, escolta de motocicletas militares, operações com cães, polícia montada, cerimonial, patrulhas, controle de trânsito de vias internas, segurança ostensiva de autoridades e de eventos internos, segurança de aeronaves e de aeródromos, bem como quaisquer outras atividades normalmente realizadas, no âmbito da segurança pública, pelas polícias militares estaduais.

Conta com o Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS), mais conhecido como PARA-SAR ('PARA' de paraquedistas, 'SAR' do inglês *Search and Rescue*, "busca e salvamento"), é um esquadrão paraquedista de Operações Especiais e Busca e Resgate da Força Aérea Brasileira, baseado na Base Aérea de Campo Grande, Mato Grosso do Sul e é comandado por um Coronel de Infantaria. O ingresso no esquadrão é voluntário para membros ativos da FAB: Oficiais de Infantaria e Graduados (Sargentos) e militares de outros Quadros. Em 1982, teve início o primeiro Curso Operacional PARA-SAR, visando o preparo completo de seus integrantes para o cumprimento de missões de Busca e Salvamento. Devido aos intervalos entre os estágios, levava-se por vezes até cinco anos para concluir a formação operacional. Buscando reduzir esse tempo, surge em 1994 o chamado "mochilão", fazendo os estágios acontecerem em sequência ininterrupta, reduzindo para um ano a duração do curso. Neste mesmo ano teve início o primeiro Curso de Paraquedista Militar da Aeronáutica, ministrado pelo PARA-SAR nas instalações da Academia da Força Aérea durante suas fases básica e técnica, tendo sido mantido ativo até 1999. Hoje a formação operacional do efetivo é realizada através de cursos ministrados pelo próprio PARA-SAR e demais Forças Armadas, e abrange os níveis de operacionalidade em Operações Especiais e de Busca e Salvamento.

Companhia de Polícia do Batalhão Naval: é a uma unidade especializada do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, que exerce tarefas específicas no âmbito da jurisdição da força naval. A atual Companhia de Polícia do Batalhão Naval (CiaPolBtlNav) é oriunda da Companhia de *Sapadores Pontoneiros* (Cia SP) de 1948. No ano seguinte foi criado o Pelotão de Polícia Motorizado, precursor do Pelotão de Motociclistas. A denominação de CiaPolBtlNav é datada de 19 de setembro de 1956, época em que esta era subordinada à Guarnição do Quartel Central, atual Batalhão Naval. Desde a sua criação primou pela disciplina, lealdade e prontidão no cumprimento das diversas tarefas a ela confiadas, sendo reconhecida por seu profissionalismo e senso de dever.

O Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais, conhecido como Batalhão "Tonelero", situado na cidade do Rio de Janeiro, é a unidade militar dos Comandos Anfíbios (COMANF), que são uma tropa de Forças Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. São eles os Fuzileiros Navais especificamente preparados para a execução e planejamento de operações especiais. Esse batalhão tem a finalidade principal, por meio de Comandos Anfíbios, contribuir para a execução do poder naval, efetuando: Reconhecimento especial, Guerra não convencional, Ação direta, Resgate de reféns, Contra-terrorismo, Contra-insurgência, Defesa interna no exterior, Contra-narcóticos, Operações de inteligência, Operações clandestinas, Missões humanitárias, Assistência a forças de segurança.

Força Nacional: a Força Nacional de Segurança Pública, subordinada à União, é uma força de ação rápida e de ação localizada. Por isso, não se enquadra no conceito de polícia, que deve ser uma força permanente.

BEPE – Batalhão Especial de Pronto Emprego, O Batalhão de Pronta Resposta é a unidade de elite da FNSP, tem sede em Gama, no Distrito Federal. Seu efetivo treina com unidades de elite do Brasil e exterior, está apto a ser empregado no policiamento ostensivo ou em operações policiais especiais em qualquer parte do país, foi criado pelo Ministério da Justiça com o intuito de se tornar a principal e mais bem treinada tropa policial brasileira, e poder agir em situações de emergência na segurança pública, quando os órgãos de segurança pública estaduais solicitarem intervenção federal em caráter de urgência. Urgência, que pode ser rapidamente respondida, já que seu contingente é efetivo e não desmobilizável, ficando de prontidão a atender situações críticas na segurança pública.

Capacitação e Treinamento da Polícia Militar

A formação, a graduação e pós-graduação, os aperfeiçoamentos, habilitação e treinamento dos policiais militares são realizados por intermédio dos Órgãos de Apoio de Ensino Superior da Diretoria de Ensino da Polícia Militar. Sua missão precípua é promover com excelência a gestão de ensino, através de conhecimentos científicos e tecnológicos, humanísticos e gerais, indispensáveis à educação e à capacitação do policial militar, com o objetivo de torná-lo apto a atuar como operador do sistema de segurança pública em conformidade com a filosofia de polícia comunitária e de direitos humanos.

São Órgãos de Apoio de Ensino Superior:

- Academia de Oficiais da Polícia Militar
- Escola Superior de Formação de Sargentos
- Escola de Formação de Soldados
- Escola de Formação de Bombeiros
- Escola de Educação Física.

O exemplo a seguir é a história da Polícia Militar de São Paulo.

HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO

Em 1808, a Família Real chega ao Brasil, desembarca no Rio de Janeiro e o Brasil desperta da modorra de simples colônia e dá passada decisiva para emancipação política, trouxe consigo um efetivo com cerca de 600 homens (Portugueses) com a finalidade de realizar a segurança da família Real. O Decreto 13 de maio 1809 regulamentou a GRP, sendo a 1ª Polícia Militar da época, criada aos moldes (uniforme e armamento) da polícia de Portugal.

Com o advento da proclamação da Independência, grassava no país, ainda em sua fase embrionária, a desordem social e política, com riscos à segurança nacional, encontrando-se o Exército com seu efetivo reduzido, era necessária e urgente a criação de um corpo permanente que pudesse garantir a lei e a ordem, sendo criada então já no período regencial, em 18 de agosto de 1831 o CORPO DE GUARDAS MUNICIPAIS PERMANENTES DA CORTE. Um outro projeto foi levado à Câmara no dia 30 de agosto de 1831, transformado em Decreto em 22 de outubro de 1831, regulamentando a existência daquele corpo, na cidade do Rio de Janeiro e estendendo o direito de criação destes corpos às demais províncias do Império.

Origem das Guardas Municipais Permanentes

Com base no Decreto de 22 de outubro, em 15 de dezembro de 1831, por Assembléia Provincial, foi criada a GUARDA MUNICIPAL PERMANENTE da Província de São Paulo, proposta pelo Presidente da Província, Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e autorizado pelo Conselho da Presidência da Província.

Com o efetivo de uma Cia de Infantaria constando de 100 homens mais oficiais competentes e uma seção de cavalaria com 30 soldados e 01 tenente como Comandante. Eram os 130 de 31 (frase da Canção da Polícia Militar do ESP).

Os Primeiros Comandantes

Para comandar os 100 homens a pé, foi designado o Alferes José Gomes de Almeida, que pertencia ao 6º Batalhão de Caçadores, comissionado no posto de Capitão; e para comandar os 30 homens da tropa a cavalo foi designado o Capitão Pedro Alves de Siqueira.

A Força Pública

A Lei n.º 17 de 14 de novembro de 1891 criou a Força Pública de São Paulo, com um efetivo de 3.940 homens, distribuídos em quatro Corpos Militares de Polícia, uma Companhia de Cavalaria, um Corpo de Urbanos e um Corpo de Bombeiros. A Força Pública passou a denominar-se Força Policial com o Decreto 10.843, de 22-12-1939. Retomando o nome de Força Pública do Estado, na Constituição Paulista de 09-07-1947.

A Guarda Civil de São Paulo

Após a revolução de 1924 (Revolução de São Paulo e Campanhas do Sul) sentiu-se a necessidade de um policiamento urbano feito por uma Corporação policial uniformizada, de caráter essencialmente civil, visto que o efetivo da Força Pública era constantemente utilizado como tropa de exército, o que levou a criação em 22 de outubro de 1926 da Guarda Civil de São Paulo.

Posteriormente, outros corpos foram criados nos moldes da Guarda Civil:

- 1946/ Inspetoria de Polícia de Santos e Iguape – Criada com a finalidade de fiscalizar os Portos de Santos e Iguape;

- 1952/ Divisão de Polícia Marítima e Aérea dos Portos do Estado de São Paulo – Criada com a finalidade de fiscalizar os Portos de São Paulo;

- 1955/ Corpo policial Especial Feminino – Criado durante o Gov. JANIO QUADROS, finalidade de um policiamento direcionado às mulheres e menores.

Em 1969 estes três Corpos foram unificados a Guarda Civil de São Paulo.

Em 30 de dezembro de 1969, o Decreto-lei n.º 1.072 extinguiu as Guardas Civis, anexando-as às Polícias Militares.

Em 08 de abril de 1970, o Decreto-lei n.º 217 estabeleceu a fusão da Força Pública e da Guarda Civil, criando a *Polícia Militar do Estado de São Paulo*.

O Corpo de Bombeiros

No tempo em que a Capital da Província não chegava a cobrir três colinas, em que as construções começaram a ser mais valiosas, começou-se a pensar em combater as chamas. Em caso de incêndio, mulheres, homens e crianças ficavam em fila, e, do poço mais próximo iam os baldes passando de mão em mão, até chegarem ao prédio em chamas. Em 1851 foram aprovadas as primeiras posturas municipais relativas aos casos de fogo, tomadas em consequência de um incêndio havido em dezembro de 1850, na Rua do Rosário, hoje XV de Novembro, com a aquisição de 2 bombas que não foram utilizadas até 1862, pois nesses 12 anos, não ocorreu um único incêndio. Em 1870, novo incêndio, nova "turma de bombeiros", e, mais 7 anos sem ocorrências. A 10 de março de 1880, começaram oficialmente os trabalhos de extinção de incêndio na Capital do Estado de São Paulo, com a criação da Seção de Bombeiros composta de 20 homens.

O Brasão de Armas da PMESP



É um Escudo Português, perfilado em ouro, tendo uma bordadura vermelha carregada de 18 (dezoito) estrelas de 5 (cinco) pontas em prata, representando marcos históricos da Corporação;

No Centro, em listras vermelhas verticais e horizontais, as cores representativas da Bandeira Paulista, também perfiladas em ouro; Como timbre, um leão rampante em ouro, apoiado sobre um virol em vermelho e prata, empunhando um gládio, com punho em ouro e lâmina em prata; À direita do Brasão um ramo de carvalho e à esquerda um ramo de louro, cruzados em sua base;

Como tenentes (firmes na postura), à direita, a figura de um Bandeirante com bacamarte e espada, e à esquerda um Soldado da época da criação da Milícia, empunhando um fuzil com baioneta; ambos em posição de sentido;

Num listel em azul, a legenda em prata "LEALDADE E CONSTÂNCIA".

ESTRELAS REPRESENTATIVAS DOS MARCOS HISTÓRICOS DA CORPORAÇÃO

1ª ESTRELA - 15 de dezembro de 1831, criação da Milícia Bandeirante;

- 2ª ESTRELA - 1838, Guerra dos Farrapos;
- 3ª ESTRELA - 1839, Campos dos Palmas;
- 4ª ESTRELA - 1842, Revolução Liberal De Sorocaba;
- 5ª ESTRELA - 1865 a 1870, Guerra do Paraguai;
- 6ª ESTRELA - 1893, Revolta da Armada (Revolução Federalista);
- 7ª ESTRELA - 1896, Questão dos Protocolos;
- 8ª ESTRELA - 1897, Campanha de Canudos;
- 9ª ESTRELA - 1910, Revolta do Marinheiro João Cândido;
- 10ª ESTRELA - 1917, Greve Operária;
- 11ª ESTRELA - 1922, "Os 18 do Forte de Copacabana" e Sedição do Mato Grosso;
- 12ª ESTRELA - 1924, Revolução de São Paulo e Campanhas do Sul;
- 13ª ESTRELA - 1926, Campanhas do Nordeste e Goiás;
- 14ª ESTRELA - 1930, Revolução Outubrista-Getúlio Vargas;
- 15ª ESTRELA - 1932, Revolução Constitucionalista;
- 16ª ESTRELA - 1935/1937, Movimentos Extremistas;
- 17ª ESTRELA - 1942/1945, 2ª Guerra Mundial; e
- 18ª ESTRELA - 1964, Revolução de Março.

A seguir, quadros demonstrativos dos materiais e equipamentos, utilizados pelas Polícias do Brasil.

Quadro de armamento mais utilizado pelas Polícias Militares do Brasil

Pistolas Taurus Modelo PT 24/7 PRO LS Tactical Pistolas Taurus PT 100	Munições: Projétil expansivo ponta oca e ogival. Calibre .40mm (Stopping Power)
Espingarda Browning Gauge Pump CBC 12	Munições: Projétil singular (1 balote de chumbo) Hi-Impact, Projétil SG Hi-Impact (9 esferas), Projétil 3T Hi-Impact (33 a 39 esferas), Cartucho plástico com 1 projétil de borracha (elastômero/balonete), Cartucho plástico com 3 projéteis esféricos de borracha macios. Calibre 12mm
Submetralhadora MT.40 Taurus FAMAE	Munição: Projétil expansivo ponta oca gold. Calibre .40mm
Fuzil Parafal IMBEL	Munição Comum: Encamisado Total ou Expansivo. Calibres 7.62 e 5.56mm
Carabina Taurus Semiautomática CT.30 e CT-40	Munição comum. Calibres .30 e .40mm
Facas Táticas	Usada como arma backup.

Equipamentos Não Letais

Equipamentos de aplicação menos letais utilizados por agente aplicador da Lei na defesa pessoal e detenção de pessoas infratoras em crimes de menor potencial ofensivo. O conceito de "não letal" foi estabelecido pelos Estados Unidos e Europa no início da década de 1990 e segundo a OTAN, armas não letais são projetadas e usadas para incapacitar temporariamente, reduzindo mortes e sequelas permanentes, danos indesejáveis, inclusive, ao meio-ambiente.

Principais armas não letais mais utilizadas pelas Polícias Militares do Brasil

Bala de Elastômero (Borracha)	Utilizadas para conter manifestações de distúrbios civis.
Agentes Lacrimogênicos	Aplicações de agentes químicos em conflitos armados, rebeliões, tumultos... CN – CLOROACETOFENONA, CS - CS – ORTOCLOROBENZALMALONITRILO.
Agente Pimenta	OC – OLEORESINA DE CAPSICUM. Uso como equipamento de defesa pessoal (Spray) ou para dispersar tumulto (GL-108 MAX).
Granadas Lacrimogêneas	INDOOR. GL 304, 305, 306, 307. Granadas explosivas.
Taser M26 (Arma Eletrônica de Atordoamento)	Arma de choque elétrico de incapacitação neuromuscular.
Bastão de Choque	Usado para imobilização de suspeitos ou agressor da sociedade através de choque elétrico.
Bastão Tonfa BPP 30	Utilizado em ações de controle de multidões e defesa pessoal individual, devido a sua versatilidade.
Algemas	Equipamento de imobilização em indivíduos que causem perigo à integridade física do agente ou terceiros.
Lanterna Tática	Auxilia na neutralização de um oponente devido a cegueira momentânea e golpes em pontos sensíveis.

Equipamentos de proteção utilizados pelas Polícias Militares do Brasil

Colete de proteção balística	Tipos: Fibras Sintéticas ARAMIDA e Placas de Aço
Capacete Balístico	Tipos: Resinado Nível II A e Anti-tumulto Fibra de Vidro e Resina.
Escudo Balístico	Tipos: Fibra Balística ARAMIDA, AMIANTO e Policarbonato (Transparente)

Viaturas utilizadas pelas Polícias do Brasil

Segurança Pública Estadual	Veículos 4 rodas, Motocicletas e Aeronaves
Acre (AC)	4 rodas: HB-20. Motos: Yamaha XT 660R. Aeronaves: 01 helicóptero.
Alagoas (AL)	4 rodas: Palio Weekend. Motos: Yamaha XT 660R. Aeronaves: 05 helicópteros.
Amazonas (AM)	4 rodas: Mitsubishi Pajero Dakar e Ford Ranger. Motos: Harley-Davidson, Road King Police. Aeronaves: 04 helicópteros.
Amapá (AP)	4 rodas: Palio Weekend Trekking 1.4. Motos: Falcon. Aeronaves: 01 helicóptero e 01 avião.
Bahia (BA)	4 rodas: Nova Chevrolet S10. Motos: Falcon. Aeronaves: 04 helicópteros e 03 aviões.
Ceará (CE)	4 rodas: Troller, Toyota Hilux SW4. Motos: XT 660. Aeronaves: 06 helicópteros e 01 avião.
Distrito Federal (DF)	4 rodas: Mitsubishi Pajero Dakar. Motos: CB 600. Aeronaves: 09 helicópteros e 07 aviões.
Espírito Santo (ES)	4 rodas: Fiesta Rocam, Ford EcoSport, Pálio Weekend e Ford Focus. Motos: Falcon, Road King Police e Harley Davidson. Aeronaves: 05 helicópteros.
Goiás (GO)	4 rodas: Ford Ranger e VW Gol. Motos: Motos: Falcon e XT 660. Aeronaves: 03 helicópteros e 02 aviões.
Maranhão (MA)	4 rodas: SUV Mitsubishi Pajero Dakar. Motos: Falcon. Aeronaves: 03 helicópteros e 02 aviões.
Mato Grosso (MT)	4 rodas: Fiat Ducato, L200 Triton Mitsubishi, Palio Weekend. Motos: Motos: XT 660. Aeronaves: 03 helicópteros e 03 aviões.
Minas Gerais (MG)	4 rodas: Palio Weekend, SUV 4x4, Mitsubishi Pajero Dakar, GM S10. Motos: XT 660. Aeronaves: 14 helicópteros e 09 aviões.
Mato Grosso do Sul (MS)	4 rodas: Fiat Siena, GM S10. Motos: XT 660. Aeronaves: 01 helicóptero e 04 aviões.
Pará (PA)	4 rodas: Palio Weekend, Picape VW Amarok. Motos: XT 660. 06 helicópteros e 04 aviões.

Paraíba (PB)	4 rodas: Chevrolet Spin, Ford Ranger. Motos: XT 660. Aeronaves: 01 helicóptero e 01 avião de outros órgãos.
Paraná (PR)	4 rodas: VW Amarok, Renault SUV, Duster, Logan e Fluence. Motos: XT 660 e Harley Davidson. Aeronaves: 04 helicópteros e 02 aviões.
Pernambuco (PE)	4 rodas: Renault e VW Gol. Motos: BMW 700 e XT 660. Aeronaves: 03 helicópteros.
Piauí (PI)	4 rodas: Chevrolet S10. Motos: XT 660. Aeronaves: 02 helicópteros.
Rio de Janeiro (RJ)	4 rodas: Nissan Leaf, Renault Logan, VW Gol, Blindados do BOPE. Motos: XT 660 Hornet. Aeronaves: 16 helicópteros.
Rio Grande do Norte (RN)	4 rodas: Ford Ranger. Motos: BMW. Aeronaves: 01 helicóptero e 02 aviões de outros órgãos.
Rio Grande do Sul (RS)	4 rodas: Ford Focus e Palio Weekend. Motos: XTZ 250. Aeronaves: 08 helicópteros e 01 avião.
Rondônia (RO)	4 rodas: Pálio Weekend, Picape Mitsubishi L200 Triton (Polícia Ambiental). Motos: XT 660. Aeronaves: 02 helicópteros e 02 aviões.
Santa Catarina (SC)	4 rodas: Ford Edge e Palio Weekend, Renault Duster, GM S10, Palio Weekend e Fiesta Rocam. Motos: XT 660 e Harley Davidson. Aeronaves: 07 helicópteros e 04 aviões.
São Paulo (SP)	4 rodas: VW Gol hatch, Chevrolet Blazer, Toyota Hilux SW4, Palio Weekend, Nissan Frontier, Chery (Polícia Rodoviária). (PC) Ford Focus e GM Vectra. Motos: Triumph Tiger 800 XCx, Yamaha XT 660R e Harley Davidson. Aeronaves: 32 helicópteros e 05 aviões.
Sergipe (SE)	4 rodas: Fiat Palio Weekend. Motos: BMW 700. Aeronaves: 01 helicóptero e 01 avião.
Tocantins (TO)	4 rodas: VW Fox, Ford Ranger. Motos: XT 660. Aeronaves: 01 helicóptero.
Segurança Pública Federal	Veículos 4 rodas, Motocicletas e Aeronaves
Polícia Federal	4 rodas: Nissan Frontier, Picape Mitsubishi L200 Triton. Aeronaves: 07 helicópteros e 07 aviões.
Polícia Rodoviária Federal	4 rodas: Renault Fluence. Motos: Harley Davidson, Road King Police 1700cc, Honda NC 700X, Yamaha XT 660, Yamaha R1. Aeronaves: 10 helicópteros e 02 aviões.

Histórias e Curiosidades

A HISTÓRIA DO CAPITÃO ALBERTO MENDES JÚNIOR

O Herói da Polícia Militar de São Paulo



O 14º BPM/I, sediado em Registro, possui seu nome, perpetuando para a posteridade a memória de Alberto Mendes Júnior, o Tenente da Polícia Militar, que aos 23 anos de idade, saiu em missão no dia 08 de maio de 1970 do quartel do 1º BPChq e que voltou somente 128 dias depois, dentro de um caixão. Fora executado por guerrilheiros, no Vale do Ribeira, que no desvario de mudar o regime pela força das armas sacrificaram sua vida para poderem envidar fuga, quando cercados por tropas legalistas. O nome Mendes Júnior é muito conhecido, mas sua história nem tanto.

O Alto Comando Militar após a prisão de alguns guerrilheiros, concluiu que os demais haviam abandonado a região. Enfim, decidiu-se que uma tropa seria escalada para fazer uma operação de rescaldo no teatro de operações. Assim, após um turno de serviço no 1º BPCChq, Batalhão Tobias de Aguiar, preparando-se para voltar para casa, o Tenente Mendes Júnior recebeu a missão de locomover-se para o Vale do Ribeira.

No entanto Lamarca e mais alguns de seus homens ainda estavam na região, homiziados nas matas, buscando uma saída.

As cenas que precederam essa circunstância se dividem em três atos principais:

1º - Soldados do Destacamento PM de Eldorado Paulista recebem um informe, do dono de um pequeno armazém em Areado, que possivelmente as pessoas que eram procuradas pela polícia, fizeram rancho em seu estabelecimento e, ali naquelas imediações, recompuseram suas energias, justificando a posse de suas estranhas armas, antes nunca vistas por ali, dizendo que eram caçadores perdidos. O Fato é que Lamarca e seus guerrilheiros após caminharem 18 dias dentro da mata, fugindo das bombas despejadas por aviões da FAB, chegaram a aquele local, pretendendo seguir em direção a Eldorado.

2º - Aquela mesma pessoa que enviou o aviso aos policiais, alugou por bom preço, com pagamento adiantado, um caminhão Ford F-4000 para aqueles estranhos irem para Eldorado, levando junto um parente do dono do armazém, para trazer o veículo de volta. Foi o que aconteceu. Quando chegaram a Eldorado, lá estavam os soldados que nada entendiam de combate ao regime, guerra de guerrilhas e táticas militares. Porém, o que as tropas das Forças Armadas não puderam fazer, eles fizeram, encararam o inimigo de frente, não quiseram nem saber quem eram ou deixavam de ser e em um bloqueio montado, mandaram parar o caminhão e descer aqueles homens estranhos à região. Eles desceram, mas atirando, o que fez aquela tropa buscar abrigo, mas o embate determinou que o caminhão mudasse de direção.

3º - Do outro lado da estrada, vinha o Tenente Mendes Júnior e sua tropa em um caminhão Chevrolet, precedido por uma perua Veraneio. Cruzaram-se, legalistas e guerrilheiros, mais atentos ao trânsito, pois estavam em fuga, os guerrilheiros abriram fogo contra a tropa da PM, logo revidado, porém os milicianos foram os que sofreram mais. Apanhados de surpresa, os Policiais Militares foram sendo feridos, em grande número e feitos prisioneiros. Lamarca quis saber quem os comandava, o Sargento PM Lino sem saber do paradeiro do Ten Mendes Junior, identificou-se como comandante, porém, Lamarca não engoliu o engodo, visto conhecer que o comando de um pelotão é exercido por oficial. Mendes Júnior, que se encontrava pouco distante da conversa, observando ser inútil tentar ludibriar Lamarca, se apresenta e se identifica, é imediatamente preso e feito refém.

Em meio à escuridão total, algum tempo depois, chega próximo ao local da contenda, uma ambulância levada pelo Cabo PM Nelson Hataka, o veículo seria utilizado para retirar todos os policiais feridos, sendo necessário carregá-los do lugar onde estavam, junto aos guerrilheiros, até o ponto onde seriam recolhidos por Hataka, o Ten Mendes fecha um acordo com Lamarca e auxilia o embarque dos feridos, em um vai-e-vem frenético para carregá-los. Seria fácil fugir, mais o sentimento do dever falou mais forte, segundo declarações do Cb PM Hataka, o último diálogo que manteve com Alberto Mendes Júnior, quando ele chegou com os últimos dos feridos a serem removidos, um diálogo para História: “-Japonês, este é o último. - Tenente, nós (ele e outros policiais) estamos todos bem armados, temos condições de dominar a situação. Vamos embora. - Não posso. Ainda existem quatro feridos que eles estão segurando como garantia. Se eu voltar, os quatro serão soltos. Se não voltar, os quatro vão morrer. – Mas tenente...- Tem que ser assim. Você não está vendo ninguém porque tudo ficou escuro depois do temporal. Mas vocês estão cercados. Existem guerrilheiros por todos os lados. Tire da frente todo mundo que você encontrar. Se houver barreiras adiante para tentar segurá-los, desmanche tudo senão os feridos vão morrer. Mande todo mundo sair”.

Assim o Cb PM Hataka contou como foi a última vez que viu Mendes Júnior, que desapareceu na noite repetindo, “Não posso fazer isso” diante de novo pedido (“Vamos sair daqui tenente”). Morto a golpes de coronhadas na cabeça, sem tiros, para não fazer barulho ou chamar a atenção de alguém. Era domingo, 10 de maio, dia das mães, dois dias após ter sido capturado. O tenente foi mesmo um herói. Poderia ter escapado tranquilamente se quisesse, preferiu ficar como refém dos guerrilheiros, para garantir a vida dos seus quatro soldados, que estavam feridos e aprisionados.

Essa forma de eliminar Mendes Júnior foi tão cruel que a VPR, em seu primeiro documento a respeito, preferiu mentir, dizendo que ele fora fuzilado e seu corpo jogado no rio. Até os guerrilheiros tinham vergonha de contar o que fizeram. Os ossos do tenente, 128 dias depois, foram retirados da mata, perto de Sete Barras, local íngreme próximo a uma pedra enorme, onde se reuniu o “tribunal” da VPR. O sepultamento foi realizado no Cemitério do Araçá, onde fica o mausoléu da Polícia Militar.

O SIGNIFICADO DA FACA NA CAVEIRA

Uma história nunca contada



No sentido desta frase, a primeira impressão que se tem, é que se trata de uma contradição sem limites, pois quem não se recorda da frase marcante do personagem do deputado Fraga no filme Tropa de Elite 2 (O inimigo agora é outro): “Ter uma polícia cujo símbolo é uma caveira. Ter uma polícia cujo símbolo é a morte”, se referindo à intervenção do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) na penitenciária matando um detento criminoso. Mas nem tudo o que parece é. Existem informes de que esta simbologia não é nada mais do que uma homenagem à vitória dos direitos humanos sobre o terror, a vida sobre a morte e não o contrário.

Foi identificada a defesa dos direitos humanos pelas Forças Especiais durante a ofensiva dos Aliados contra a dominação nazista na Europa na década de 1940. Surge então o conceito *Comandos* com foco na defesa da liberdade e dos direitos do homem. Os Comandos se caracterizam pelos seus pequenos grupos militares altamente treinados, motivados, com capacidade de cumprir missões de alto risco, com eficiência. Este grupo foi idealizado pelos britânicos (Wilson Churchill) para operar contra os nazistas.

A exemplo do Brasil, a formação do Curso de Comandos datada em 1942 com seis meses de treinamento, com uma classe composta por Oficiais e Sargentos da Força Pública do Estado de Minas Gerais.

Os primeiros *Comandos – Special Air Service*, cujo símbolo SAS, britânico, era e é um punhal ladeado por asas com a frase: “Quem se atreve, vence”. Os que concluíam o curso, recebiam um punhal símbolo máximo do SAS, sendo assim, os Comandos eram temidos pelas tropas nazistas, tendo inclusive uma determinação expressa de Adolf Hitler para que fossem exterminados até o último.

Na Alemanha, existiam também os *Totentopf* (crâneos da morte), sendo um dos grupos mais cruéis entre os nazistas cujo símbolo era um crânio.

A partir da ascensão de Hitler e a utilização do crânio por esta divisão nazista, tal simbologia ficou conhecida e passou a representar a crueldade e inumanidade existentes nos campos de concentrações. Os *Totentopf* ficaram conhecidos como os violadores dos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Diante dos feitos, ficou clara a existência de dois sentidos opostos naquele acontecimento histórico, por um lado os *Comandos*, cuja simbologia era o punhal e do outro os *Totentopf*, cujo símbolo era o crânio.

Existe uma afirmação baseada em uma tradição oral, que com a vitória das forças aliadas sobre o nazismo, os Comandos haviam invadido a base dos *Totentopf* e sobre a mesa de seu comandante havia um crânio (símbolo da divisão) e para consagrar a vitória da vida e da liberdade sobre a morte nos campos de concentração, um soldado dos Comandos cravou o punhal sobre o crânio e que deste ato havia surgido a expressão “vitória sobre a morte”.

Segundo o Tenente Bione da 1ª CIOE (Companhia Independente de Operações Especiais) da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Brasil, muitas versões se contam sobre a origem da frase, porém há um único significado para todas: A vitória sobre a morte.

Sendo assim, as forças especiais das polícias brasileiras homenageiam a vitória dos Comandos daquele feito na história, usando em seus brevês o crânio transpassado por um punhal em alusão e respeito ao marco representando os direitos fundamentais do homem.

A expressão usada pelos grupos de operações especiais da polícia, “faca na caveira”, se estendeu por todo o país.

O Curso de Ações de Comandos (CAC), também conhecido como “Faca na Caveira”, está dirigido a militares no início da carreira, pois sua execução exige forma física diferenciada. A fase de nivelção, ocorre em razão dos Oficiais e dos Sargentos terem formação em escolas militares distintas. “Não é o militar mais técnico, nem o melhor preparado fisicamente que concluirá o curso, senão o militar com melhor preparação psicológica. Muitos dos que iniciam, se vão na fase de nivelção e partem sem haver usado o gorro preto.

O início no CAC não significa a garantia de finalização do curso, já que a média de concludentes giram em torno de 25 a 30% dos inscritos, que funciona com uma equipe de instrutores, muitos deles, com experiência em ações reais. Os futuros Comandos serão: ou Comandantes de Destacamentos de Ações de Comandos, que é o caso dos Oficiais, ou de Grupo de Destacamentos de Ações de Comandos, neste caso, dos Sargentos.



Do ponto de vista estratégico, desenvolveram missões de captura, resgate, eliminação, proibição e ocupação de brancos, situado em uma área hostil ou baixo controle do inimigo, em tempos de paz, crise ou conflito armado, buscando alcançar objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares.

Os militares são acompanhados por suporte médico, onde são monitorados durante o curso, sendo que na semana do Teste de Reação de Líder é o momento em que se dá o maior número de apagões. No término do curso, os alunos são capazes de identificar os sintomas e efeitos dos distúrbios térmicos e da síndrome grave causada por uma lesão muscular direta ou indireta, que pode levar a morte em casos extremos, aplicar técnicas de primeiros socorros, de orientar-se por meio de carta topográfica e GPS, aplicar as técnicas de combate corpo a corpo a mão livre, com faca, armas curtas, armas longas, instalar antenas de rádios, de conhecer o terreno e ser capaz de atuar em diferentes regiões como na Selva, na Caatinga, na Montanha e no Mar, aptos para identificar e utilizar explosivos militares e comerciais, identificar as características dos armamentos, executar a desmontagem e a montagem, manejo, execução e empregar a técnica de tiro.

A faca na caveira é o símbolo da tropa de Comandos no Brasil, com a caveira simbolizando a morte e a faca com lâmina vermelha é o sangue derramado pelos combatentes, o fundo verde representa as matas do Brasil e o preto a noite escura.

AS DEZ CURIOSIDADES SOBRE A POLÍCIA BRASILEIRA

1. Enquanto existiam apenas pequenos clãs e tribos no mundo, era fácil controlar o cumprimento das regras que organizavam a vida em sociedade: cabia aos líderes de cada grupo a responsabilidade de zelar pela ordem e punir aqueles que a infringissem.
2. Com o desenvolvimento das cidades, porém, passou a ser necessária a criação de agentes que assumissem exclusivamente essa tarefa. É nesse momento que nasce a polícia.
3. O termo polícia deriva da palavra grega "politeia" (em latim, "politia"), que significa "governo, administração ou forma de governo" de uma cidade. Com o passar dos anos, a expressão mudou de significado e passou a designar o conjunto de ações do governo impostas ao cidadão com o objetivo de assegurar a moral e a segurança pública. Também denomina a corporação que engloba os órgãos incumbidos de fazer respeitar a lei e perseguir o crime.
4. No Brasil, a instituição policial foi criada em 1530 com a chegada da expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza ao país. A primeira tropa organizada que se tem notícia data de 1542 e, armada na vila de São Vicente, tinha como missão expulsar uma força espanhola que ameaçava a capitania.
5. No dia 10 de agosto de 1808, mediante alvará régio, se instituiu a função de Intendente Geral de Polícia, ocupado inicialmente pelo desembargador Paulo Fernandes Viana. Ele foi responsável pela elaboração da lei nº 261, regulamentada em 31 de janeiro de 1842, que criava no município da corte e em cada província os cargos de chefe de polícia, delegados e subdelegados. A escolha dos nomes era feita pelo imperador ou pelos presidentes das províncias.
6. Esse sistema só foi reformado em 20 de setembro de 1871 com a lei nº 2033, que separou justiça e polícia em diferentes organizações, e trouxe inovações que perduram até hoje, entre elas o inquérito policial.
7. A polícia civil é responsável por investigar crimes e contravenções, além de reunir provas sobre as circunstâncias da infração e seu autor. Atua principalmente após a ocorrência do fato criminoso e compõe-se de delegados de polícia, escrivães, investigadores e agentes policiais. Além de elaborar boletins de ocorrência, também faz expedição de carteira de identidade, de atestado de antecedentes criminais e de registro de porte de arma, entre outros.
8. A polícia militar mantém a segurança e a ordem pública, além de atuar na prevenção do crime. Ela é composta por policiais fardados de diversas patentes (cabo, tenente, soldado, etc) e está organizada nos moldes do exército. Os bombeiros também integram a polícia militar, como parte do quadro de serviços especiais.
9. O batalhão é o prédio administrativo da Polícia Militar. Lá, pode ser feito o Boletim de Ocorrência de infrações sem vítimas, como por exemplo um acidente de carro em que ninguém tenha saído ferido. Já a delegacia é a casa da Polícia Civil. Lá, são feitos os Boletins de Ocorrência que necessitem de uma investigação criminal.
10. Em 24 de julho de 1928, o presidente Washington Luiz criou por meio do decreto nº 18.323 a polícia das estradas, hoje polícia rodoviária. Mas foi somente em 1935 que Antônio Felix Filho, considerado o 1º Patrulheiro Rodoviário Federal, foi chamado pelo engenheiro-chefe da Comissão de Estradas de Rodagem (DNER) para organizar os serviços de patrulha das rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo e União Indústria. Cabe a polícia rodoviária, entre outras atribuições, patrulhar e controlar o cumprimento da legislação de trânsito nas estradas.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA POLÍCIA BRASILEIRA

No ano de 2014 comemorou-se o centenário do 1º Congresso de Polícia Criminal Internacional, ocorrido no Principado de Mônaco, que marcou o início da cooperação policial internacional e culminou, em 1923, com a criação da OIPC (Organização Internacional de Polícia Criminal), mais conhecida como Interpol.

Verifica-se há exato um século a preocupação com a delinquência transnacional, tema tão em voga nos dias atuais. O principal objetivo do Congresso era incentivar o contato direto entre as forças policiais dos diferentes países para facilitar as investigações que transpassassem as fronteiras geográficas e também estudar a "constituição e organização de uma polícia judiciária internacional, destinada a facilitar a procura e prisão de malfeitores" (Actes du Congrès, 1925).

Os 26 países que atenderam ao 1º Congresso delinearão as bases do que seria a Interpol atual, sem dúvida o principal canal de cooperação policial existente no mundo. Polícias de 190 países cooperaram entre si utilizando as ferramentas oferecidas pela OIPC, além de bases de dados internacionais centralizadas nos servidores da Secretaria Geral em Lyon, França.

O Brasil, embora presente ao Congresso de 1914, aderiu formalmente à Interpol somente em 1953, durante a Assembleia Geral em Oslo, Noruega, e após breve ausência em 1980, retornou como país membro em 1986.

Representado pela Polícia Federal, hoje o Brasil é um dos principais atores no âmbito da cooperação policial internacional. Participa de grupos técnicos que estabelecerão parâmetros de investigação a serem adotados pelos países membros (respeitadas a soberania e legislação internas de cada um deles) e de grupos operacionais (Brasil ofereceu suporte às ações de identificação das vítimas do voo Malasian MH17), além de utilizar diuturnamente os canais internacionais em prol de investigações e ações penais.

Nos últimos cinco anos o país viu grandes avanços em sua inserção na comunidade policial internacional. O Brasil registrou um expressivo aumento do número de prisões de foragidos internacionais em seu território (mais de 300 no período), ampliou o uso de tecnologias que permitem o imediato intercâmbio de informações, passou a vincular bases de dados internacionais com sistemas internos e aprovou a lei que autoriza a apresentação pela polícia de pedido de prisão cautelar para fins de extradição ao Supremo Tribunal Federal. Esses são apenas alguns dos exemplos que têm colaborado para o cada vez maior protagonismo nacional no combate ao crime transnacional.

Esse incremento nos trabalhos da área internacional da Polícia Federal possibilitou o sucesso do Centro de Cooperação Policial Internacional durante a Copa do Mundo 2014. Duzentos e seis policiais de 33 países e três Organismos Internacionais trabalharam de forma completamente integrada nas instalações da instituição em Brasília durante 40 dias, auxiliando os trabalhos de segurança do Mundial. Além da troca de informações imediatas entre os policiais estrangeiros e brasileiros, propiciando resultados imediatos às ações de segurança, a presença física de policiais estrangeiros ofereceu ao mundo a transparência das atividades de segurança realizadas, trazendo elogios da imprensa internacional e fulminando preocupações de autoridades estrangeiras quanto à segurança de seus times e torcedores durante sua estada em nosso país. Exemplo disso foi o caso envolvendo o principal "barrabrava" argentino, que ingressou no Brasil ilegalmente e desafiava a polícia argentina a cada jogo da seleção de seu país, e graças aos trabalhos conjuntos entre as polícias brasileira e argentina foi localizado e deportado ao seu país natal antes que pudesse causar problemas mais graves nos estádios.

As dimensões continentais do Brasil, a vizinhança com países produtores de drogas, o aquecimento da economia que faz com que muitos estrangeiros em situação vulnerável aqui busquem refúgio e a receptividade calorosa da população brasileira com relação às pessoas de outros países aumentam o desafio da polícia na prevenção e repressão à criminalidade, na segurança das fronteiras, no patrulhamento aeroportuário etc. E, para isso, a cooperação policial internacional mostra-se como ferramenta imprescindível.

A capacitação de policiais em relações internacionais, adequações legislativas, reconhecimento de canais de cooperação modernos, autonomia da atividade policial, dentre outros, são requisitos indissociáveis da manutenção do país como ator relevante na seara internacional. Ciente dessas necessidades, o Brasil tenta se adequar a essas exigências, adotando medidas de aperfeiçoamento das instituições que atuam na área.

Referências Bibliográficas

Origem da Polícia. Retirado da apostila elaborada pelo Cap PM Orlando e atualizada pelo 2º Ten PM James, editada em 26 de março de 2008 para o Curso de Formação de Sargentos I/2008 da ESSgt PMESP.

Policiamento ostensivo. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Policiamento_ostensivo

Policiamento repressivo. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/58497/policia-judiciaria-e-o-poder-de-investigacao-criminal-do-ministerio-publico>

Divisão das Polícias do Brasil. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/policia-instituicao-se-divide-em-diferentes-tipos-e-funcoes.htm>

Lista de forças de operações especiais brasileiras. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_for%C3%A7as_de_operac%C3%A7%C3%B5es_especiais

Veículos Policiais. Disponível em:

<https://carros.uol.com.br/album/2013/08/20/carros-de-policia-do-brasil.htm?mode=list&foto=21>

<https://pt-br.facebook.com/pmamapa/posts/pol%C3%ADcia-militar-renova-frota-de-viaturas-no-decorrer-desta-semana-o-governo-do-a/530631133633379/>

<http://www.agencia.ac.gov.br/governo-entrega-viaturas-para-fortalecer-a-seguranca-publica/>

Frota de veículos usados pelas Polícias do Brasil. Disponível em:

<https://www.pilotopolicial.com.br/frota/>

Armamentos mais utilizados pelas Polícias Militares do Brasil. Disponível em:

<https://forcapolicial.wordpress.com/2010/08/16/armas-utilizadas-pelas-policias-militares/>

Armas Não Letais. Disponível em:

<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,armas-nao-letais-uma-solucao-para-o-uso-gradual-da-forca,46563.html>

Aplicação de técnicas e tecnologias menos letais e o uso diferenciado da força na defesa pessoal.

Disponível em:

https://www.registrodeobras.com.Registro_712144506

História da faca na caveira. Disponível em:

<http://www.queroserpolicia.com.br/direitos-humanos-caveira/>

Explicando a faca na caveira. Disponível em:

<http://blogdoisrael.blogspot.com/2007/10/eplicando-faca-na-caveira.html>

O Curso de Comandos. Disponível em:

https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/-faca-na-caveira-muitos-tentam-mas-poucos-conseguem-conquistar-o-gorro-preto-e-ser-um-comandos-

Foto: Cap PM Alberto Mendes Júnior. Disponível em:

<https://blitzdigital.com.br/artigos/um-certo-capitao-alberto/>

Foto: Símbolo da Faca na Caveira. Disponível em:

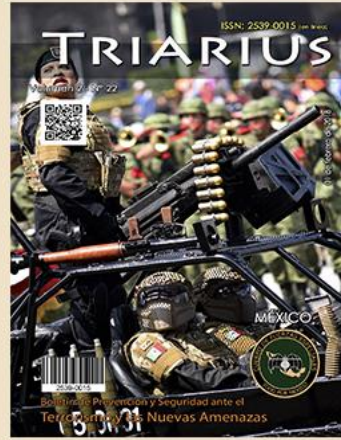
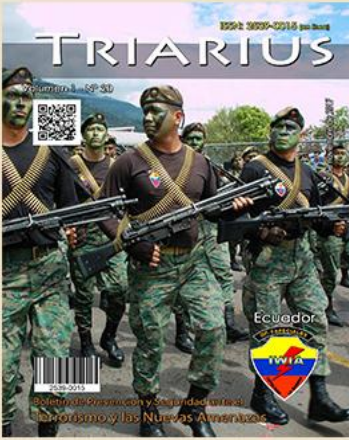
<https://www.significados.com.br/faca-na-caveira/>

Curiosidades da Polícia Brasileira. Disponível em:

<http://guiadoscuriosos.uol.com.br/categorias/1837/1/policia.html>

Cooperação Internacional Policial. Luis Eduardo Navajas Telles Pereira, Delegado de Polícia Federal e Chefe da Interpol no Brasil. Disponível em:

<https://lenavajas.jusbrasil.com.br/artigos/155007628/cem-anos-de-cooperacao-policial-internacional>



ISSN: 2539-0015 (en línea)

TRIARIUS

*Boletín de Prevención y Seguridad ante el
Terrorismo y las Nuevas Amenazas*

¡Suscríbete!

...y recíbelo en tu e-mail cada 15 días, de manera gratuita.

